

Textos Históricos

Revista do Serviço Público

Alberto Guerreiro Ramos

NOTAS SOBRE PLANIFICAÇÃO SOCIAL

GUERREIRO RAMOS

PARECE que a atitude mais prudente diante da planificação é a de considerá-la como uma questão em debate, cuja solução ainda não está suficientemente amadurecida e, portanto, a de não condená-la ou aplaudi-la em bloco, pois a adesão a certo enunciado científico não pode ser fundada em tendências emocionais.

Os equívocos atualmente em voga a propósito da planificação correm por conta desta confusão do plano emocional com o plano intelectual. A planificação não é, quer parecer-nos, uma questão de sufrágio, uma alternativa que nos seja dado escolher ou evitar. Em sua discussão dever-se-á distinguir nitidamente dois aspectos fundamentais:

- a) trata-se, em primeiro lugar, de saber se existe ou não o problema;
- b) trata-se, em segundo lugar, de, caso exista o problema, escolher dentre as suas soluções possíveis, aquela que for mais democrática.

A primeira é uma questão de sociologia da história; a segunda, uma questão de sociologia aplicada, na ausência de melhor expressão. Obras do tipo de "O Caminho da Servidão" do Prof. Hayek, quando não são elaboradas adrede para lançar suspeitas sobre um tema, são elaborações abortadas, que revelam precisamente a dificuldade de quem as subscreve em compreender o assunto em todas as suas implicações.

Podemos deixar de compreender um assunto ou por não possuímos o equipamento científico que para tanto é requerido ou, ainda que o tenhamos, por não assimilarmos as categorias científicas adequadas para pensá-lo. É desta última espécie a deficiência de muitos economistas, sociólogos, administradores que reagem supersticiosamente diante da possibilidade das planificações.

A luz da sociologia da história do ocidente, a planificação se apresenta como uma etapa da evolução social. A grande contribuição aos estudos sociológicos da obra de Karl Mannheim é ter dado toda clareza a esta ideia, já infusa nos escritos de alguns filósofos e sociólogos europeus, desde Comte, Hegel, Durkheim e

Marx até Max Weber. Mannheim continua uma tradição intelectual e sua obra muito deve àqueles homens, se bem que mais diretamente a Hegel, Karl Marx e Max Weber.

Foi o inquérito das origens do capitalismo e, posteriormente de sua dinâmica interna, que adestrou a inteligência ocidental para a concepção desta nova espécie de sociedade. Quem quer que examine os textos daqueles pensadores verificará como esta afirmação se confirma. Naquela investigação nasceu a sociologia, isto é, um novo modo de especular os fenômenos sociais que se caracteriza pela suposição de que todo equilíbrio social é precário ou pela negação de qualquer explicação providencialista da evolução social.

Estudando-se os vários estádios por que passou a civilização ocidental, conseguiremos apreender a essência da planificação. Assim poder-se-á distinguir quatro fases na evolução da sociedade do ocidente:

- a) a fase da solidariedade da horda;
- b) a fase da solidariedade estamental;
- c) A fase da competição individual;
- d) A fase da solidariedade super-individual, ou da planificação.

A primeira foi bem descrita e estudada por Durkheim em seu livro sobre a divisão do trabalho social. Durkheim chamou de horda a um tipo de agregado humano em que os indivíduos, à maneira das partes de um cristal, mal se diferenciam, psicologicamente, uns dos outros. Cada indivíduo da horda repete o tipo psíquico médio do grupo. Nesta fase, não há propriamente a responder o mundo através dos seus próprios olhos.

É mais do que provável que os estamentos e as castas tenham surgido como resultado da diferenciação social operada no interior das associações de hordas ou classes.

Talvez não seja possível acompanhar o processo de diferenciação de que resultou a estabilização dos estamentos e das castas. Contudo, é lícito afirmar que a organização estamental da sociedade é uma fase que sucede historicamente ao estágio da organização social nos moldes da horda.

O característico fundamental desta segunda etapa do desenvolvimento da sociedade é que o status de cada indivíduo está

determinado pelo nascimento. A tradição racionaliza as diferenças de posição e função social e os indivíduos admitem que o esquema da sociedade seja definitivo. A vida pessoal transcorre dentro de estilos tradicionalmente estabelecidos e aos socius não ocorre à ideia de modificá-los. Uma das razões porque o capitalismo não se desenvolve em países como a Índia, a China, é o padrão tradicionalista da vida do indivíduo, conformado com o seu estado. O nobre tem necessidade de nobre, o servo, de servo. Por este motivo, a educação é discriminada para atender à diferenciação social. Esta fase no ocidente se estende até o século XVIII.

Em sociologia, se chama de competição a uma forma elementar de interação social que se verifica em todas as sociedades. Nas herdas ou nos estamentos, certamente os indivíduos mais hábeis na caça, na magia, na guerra ou nos ofícios rudimentares adquirem maior prestígio do que os menos hábeis.

Entretanto, o princípio de competição começou a invadir todas as esferas da vida na era moderna de nossa civilização. Ele foi um fator importante do advento da sociedade capitalista, o principal instrumento de destruição da concepção quietista da sociedade, pois esta deixou de ser uma instituição divina para ser uma instituição humana. A ordem social, à luz do novo princípio, não é algo estabelecido de uma vez por todas, mas uma ordem precária que pode ser incessantemente modificada. Nenhum indivíduo está preso a uma condição social definitiva: na medida de sua capacidade de competir, pode alterar o seu *status*. Trata-se, portanto, de uma mentalidade radicalmente distinta da mentalidade conservadora e tradicionalista dos estamentos.

Nesta terceira etapa, apaga-se cada vez mais a da consciência do indivíduo a ideia de sua pertinência irrevogável a uma determinada camada social e toma vulto a ideia da responsabilidade individual. Desenvolve-se o espírito de iniciativa e a crítica racional. Os negócios humanos, as relações interpessoais, passam a ter lugar, tendo por base não à categoria social, mas o prestígio efetivo do indivíduo, que pode ter como fundamento o dinheiro, o espírito de iniciativa, a instrução ou o talento.

É muito difícil explicar a emergência do indivíduo, na civilização ocidental, em função de um fator único, porque, realmente, um fenômeno histórico é sempre um produto de uma constelação de forças. Contudo, é indubitável que o protestantismo foi o principal

fermento da revolução contra os estamentos, ou seja, do advento da sociedade liberal. Posteriormente, a ele se veio juntar um outro fator de emancipação do indivíduo que foi a economia monetária, cuja influência nas relações humanas é incontestável.

Com relação ao papel da ética protestante na forma desta terceira fase, é clássico o estudo de Max Weber, seguido, de perto, por Erich Fromm, em *O Medo da Liberdade*.

O protestantismo forneceu aos pioneiros da renascença os materiais intelectuais para a racionalização do espírito aquisitivo.

O princípio do estamento foi substituído pelo princípio da competição. As relações humanas foram submetidas ao cálculo. Na esfera econômica, acreditava-se que a ordem resultaria da livre concorrência. E, de fato, numa sociedade de pequenos patrões e em que a máquina ainda não tinha substituído o trabalho humano, era legítimo admitir que os mais aptos fossem os mais bem sucedidos.

Entretanto, em nossa época, este princípio não funciona mais. Atingimos a uma fase de extrema concentração do poder econômico, e do poder militar. A organização econômica, em forma de monopólio, destruiu as condições básicas da competição e, de modo semelhante o aparecimento das novas armas de guerra, de que é representativa a bomba atômica, tornou se mesninho à contribuição individual mesmo na guerra. Na época da revolução francesa, cada indivíduo valia um fuzil; hoje, porém, com uma bomba de alguns quilos, se podem destruir uma cidade inteira.

Entramos já numa nova etapa da civilização ocidental. Estamos vivendo já numa sociedade planificada. A produção de cultura, o divertimento, a opinião pública, não são esferas livres, mas setores deliberadamente manipulados.

Por conseguinte, é incontestável a existência do problema da planificação. O que nos interessa é saber agora que espécie de planificação é necessário realizar, tendo-se em vista as necessidades da democracia.

No terreno das ideologias, a planificação pode ser encarada sob três pontos de vista; o capitalista, o fascista e o comunista.

A maioria das sociedades contemporâneas estão planificada sob o

ponto de vista capitalista. Não tem nenhuma importância que certos economistas ainda procurem provar que o presente é uma sociedade liberal. Não é necessário ser arguto para descobrir que a direção das sociedades capitalistas está fora do alcance da maioria dos cidadãos. A planificação capitalista se caracteriza por ser o resultado de um processo histórico; ela é um produto, engendrado pela livre concorrência. Ela firmou o seu título subrepticamente e, até hoje, em nome de velhos princípios, ela garante a sua estabilidade.

Sem desejar entrar em maiores detalhes, assinalemos que a planificação fascista e a comunista têm muito de comum - o intento de reconstruir a sociedade, em nome de reivindicações. Elas não realizam propriamente uma nova forma de sociedade, como a burguesia o realizou em comparação com a Idade Média. A diferença entre a planificação capitalista; a fascista e a comunista não é de espécie. As duas últimas estão ainda dentro do marco capitalista da história, e pretendem apenas substituir os detentores do atual controle dos meios de produção por outros detentores, motivo por que não são propriamente revoluções mas golpes de estado.

Por outro lado, tanto a planificação fascista como a comunista padecem de tendências de índole reacionárias muito fortes, pois ambas pretendem impor uma unidade cultural à sociedade, sem compreender a estrutura fundamental da nossa época.

Torna-se claro que as planificações ideológicas são vocacionalmente inclinadas à estropiação do corpo social, ao emprego da violência, como método de organização social.

É necessário, portanto, colocar o problema de um modo não ideológico, isto é, em termos da estrutura fundamental de nossa época e não de arquetipos.

A planificação é uma autoconsciência da sociedade atual ou, melhor, é a realização de sua essência. É menos um intento de reconstruí-la em bases favoráveis a este ou aquele grupo do que um intento de liberar as suas forças genuínas reprimidas.

Não se trata de manipulação, mas de uma estratégia que visa desembaraar de todos os obstáculos o sistema de fatores que configuram a sociedade. Estes fatores são os chamados *principia media*. Para melhor compreendermos o que sejam *principia media* será interessante partir da noção de "horizonte de expectativa".

Toda época (e, por conseguinte, todo indivíduo, em sua época) possui o seu horizonte, de expectativa. Há poucos anos passados ninguém podia imaginar que fosse possível, no Brasil, a existência legal de um partido comunista, como o ressurgimento de partidos direitistas, após a derrota do fascismo, era algo que se afigurava absurdo ao homem comum. Entretanto, a consciência coletiva, no seu estado atual, está admitindo o que lhe parecia ontem um desafio à ordem das coisas. Ora, esta rápida transformação da consciência coletiva não ocorreu em virtude de um ato voluntário dos indivíduos, mas, é claro, em virtude de uma nova combinação de forças atuantes na sociedade. Estas forças são precisamente os *principis media*.

Em toda época, o homem comum só compreende o mundo, aplicando inconscientemente estes *principia media*. Só recentemente é que as ciências sociais atingiram à percepção destas forças e, em razão disto, o problema de intervir na organização social está sendo colocado mais objetivamente, isto é, sociologicamente. Com fundamento no conhecimento dos *principia media* é que podemos perceber o elemento ideológico ou utópico dos movimentos sociais. Com fundamento neles é que se conclui que a organização social, se pretende realizar a essência da sociedade, deve ser uma “estratégia que prediz e se esforça por dominar os *principia media* do processo social, ainda não coordenados”.

O impressionante atraso em que se encontram nos Estados Unidos os estudos sociológicos sobre o nosso tema se torna patente, quando se observa que até hoje não se percebeu ali que a planificação não é um problema de administração. De certo modo, esta orientação se reflete em países, como o nosso, cuja ciência da administração é mais influenciada por autores americanos. Estes autores apresentam o defeito de ser sociologicamente despreparados, pois os seus estudos são realizados sob a presunção de que as esferas da sociedade estão separadas umas das outras de modo estanque. Neste particular, eles se encontram ainda na fase da sociedade liberal e ainda não perceberam a mudança de estrutura que se operou em nossa época.

A nosso ver, existem dois *principie media* fundamentais na época atual, cuja livre atuação deve ser assegurada por qualquer intento de planificar que venha a ser realizado. Em primeiro lugar, a democracia econômica deixou de ser um ideal apenas e, cada vez mais, se torna um estado efetivo de consciência individual. Assim, a

chamada questão social é, eminentemente, uma questão de desconcentração da riqueza, de redistribuição de riqueza, de modo a assegurar a cada indivíduo uma capacidade aquisitiva compatível com as suas necessidades.

É esta a tese fundamental de Harold J. Laski, no capítulo final (*Liberdade numa democracia planificada*) do seu livro Reflexões sobre a Revolução do Nosso Tempo. Segundo Laski para que se realize a democracia econômica, é necessário que fiquem nas mãos da comunidade, naturalmente representada pelo Estado, o controle do fornecimento do capital e do crédito, o controle da terra, o controle do comércio de importação e exportação, e, ainda, a posse e controle dos transportes, combustíveis e energia elétrica.

Em segundo lugar, a fase atual da sociedade ocidental requer o desenvolvimento de um tipo de ética inteiramente distinto do das épocas dotadas de unidade espiritual. Nestas, a ética em vigência tende a ser uma ética de valores absolutos, que se acredita sempre uma ética natural do gênero humano, assumindo, por conseguinte, posições de intolerância. Em épocas como a nossa, a multiplicidade de formas de vida espiritual e insanável e crônica, e o controle social só poderá ser mantido, sem a violência policial dos regimes totalitários de direita e de esquerda, se se desenvolver nos indivíduos uma ética da responsabilidade, à qual se tornem legítimas, do ponto de vista funcional em que se colocam seus concidadãos, as outras variedades de tipos de vida moral.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

- *Revista de Direito Municipal - Maio e junho – Bahia*
- *Municipal Journal - August 1946 – September*
- *Boletim Informativo - Setiembre, 1946.*
- *Revista do Irb - Agosto de 46.*
- *Art & Industry - October, 1946.*
- *Paraguay Industrial y Comercial.*
- *Arquivos do Instituto de Pesquisas Agronômicas Pernambuco – vol. 4 - 1946.*

- *Revista dos Tribunais – Bahia - julho e agosto 1946 - vol. 38 - n.º1.*
- *Boletim da Inspeção de Serviços Públicos - Dez: n.º 10 - 1944.*
- *Lead Replacements in Dinnerware glazes - July, 1946.*
- *Evening Courses in Architecture - Columbia University - New York.*
- *The Civil Service Argus - September, 1946.*

Александр Кедровского, но предмет
Сибирско-Американского Духовного
Училища, о котором мы бы хотели вас
уведомить по Вашему Церковному виду и
Управлению в нем. А также собор
местного общества, Крестовый
Мав. Но так как в Квентонской
Училищу в пользу Троицкого
Училища в год вклада Троицкого
Училища не вывернут и если бы
Александр Кедровского, но предмет
Сибирско-Американского Духовного
Училища, о котором мы бы хотели вас
уведомить по Вашему Церковному виду и
Управлению в нем. А также собор
местного общества, Крестовый
Мав. Но так как в Квентонской
Училищу в пользу Троицкого
Училища в год вклада Троицкого
Училища не вывернут и если бы

